

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DE CIDADES: O CASO
DA UHE TUCURUÍ (PA)

Rafael Caldeira Magalhães (UFPA-PPGEC)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DE CIDADES: O CASO DA UHE TUCURUÍ (PA)

Resumo

Este artigo possui o objetivo de analisar a diferença entre a estratégia da política econômica e territorial na Amazônia e os modos de vida da população, sua diversidade na consolidação de um espaço social e político de âmbito regional. A apreensão do processo de urbanização, afeita aos processos mais gerais de um sistema mundializado de expansão - aqui representados pelos chamados “Grandes Projetos para a Amazônia” – e de peculiaridades do modo de produção capitalista, parece insuficiente para o exame da especificidade das cidades amazônicas. Os municípios de Tucuruí e entorno se inserem nesta análise, pois são espaços urbanos que se materializam como reflexo da iniciativa do Governo Federal para estimular a industrialização regional, bem como para articular ligações regionais e produzir energia elétrica para abastecer o país em escala nacional através a Usina Hidrelétrica UHE Tucuruí.

Introdução

A Amazônia é um espaço estratégico para a valorização do capital, destacando-se como fronteira de expansão econômica, integrando-se espacial e economicamente à dinâmica de acumulação capitalista, cuja base está fundamentada na exploração dos recursos naturais existentes. A viabilização deste processo ocorreu e ainda ocorre com os Grandes Projetos para a Amazônia através da implantação de uma malha programada de grandes redes de integração regional (rodoviária, de telecomunicações, urbana, hidrelétrica e ferroviária); superposição de territórios federais aos territórios estaduais (jurisdição absoluta do poder central); subsídios ao fluxo de capital para a apropriação privada da terra; e incentivos à migração para ocupar o território e formar um mercado regional de mão-de-obra.

Este processo resultou em conflitos generalizados, sociais e ambientais, intensificados com a crise econômica e política do Estado. Ganhará relevo neste trabalho um enfoque especial para a urbanização como estratégia de ocupação na Amazônia no caso específico dos municípios de Tucuruí e entorno, devido à implantação em 1984, da UHE Tucuruí. Por ser uma região de fronteira, a Amazônia necessita de programas capazes de fazer frente à forma de reprodução do capital na região. O modelo de desenvolvimento imposto à região sustenta essa forma de acumulação. As aglomerações urbanas cumprem o papel de sustentá-la, daí a existência de sofisticadas estruturas nos centros e assentamentos.

O município de Tucuruí pode ser considerado como uma cidade empresarial para atender à construção e operação da usina hidrelétrica. Dados demográficos indicam que a cidade de Tucuruí, em 1974, tinha uma população de aproximadamente 12.000 habitantes, passando, em 1979 para 30.000 pessoas, a esse contingente somam-se os 28.000 que habitavam as vilas residenciais e alojamentos da Eletronorte (CMB, 1999). Ocorre que esse incremento demográfico não foi acompanhado por ampliação de infra-estrutura e serviços básicos.

Este *paper* inicia sua reflexão com a abordagem histórico-contemporânea da especificidade da cidade na Amazônia, demonstrando as transformações nos modos de produção e em suas relações sociais no sentido de compreender o processo de ocupação do espaço, historicamente vinculado a um sistema econômico, político e cultural mundializado. Seguidamente discute a relação entre a estratégia de desenvolvimento regional para a

Amazônia especificamente analisando a implementação da UHE Tucuruí. Posteriormente faz-se uma análise do processo de produção das cidades após a instalação da infra-estrutura neste município através do entendimento das mudanças espaciais, sociais e ambientais da estrutura urbana. E por final apresentam-se algumas reflexões de índole conclusiva com evidência aos desafios de aperfeiçoar a gestão pública urbana no município de Tucuruí frente às iniciativas de desenvolvimento regional implementadas pelo governo federal.

1 – Ocupação da Amazônia

Para a compreensão acerca da constituição das cidades na Amazônia é importante analisar a evolução do pensamento urbanístico europeu, particularmente sob o enfoque da relação entre cidade e natureza, no período que se desenvolve a consolidação colonial na América. Reintegrar o homem urbanizado à sua condição natural, mesmo que no domínio do imaginário, do paradoxo e do artifício, constituía-se em constante busca teórica que se refletia nas formas propostas e nas associações recorrentes entre as imagens e idéias sobre a natureza e as propostas utópicas do urbanismo a partir da Renascença. O século XVI foi marcado pelo pensamento utópico social, que implicavam em mentalizações urbanas. O período do século XVII expressa o nascente racionalismo. O século XVIII assistiu a um grande crescimento e intensidade da distinção entre a vida urbana e a vida rural.

No que diz respeito às colônias portuguesas na América, a característica da ocupação até o século XVI se dava pela fundação de vilas e cidades isoladas na costa brasileira. Na Amazônia, implantou-se o modelo da “cidade indígena jesuítica”, que se baseava nas utopias ideais agostinianas da Cidade de Deus. Mudanças políticas no poder em Portugal representaram o redirecionamento do pensamento urbanístico num enfoque geopolítico econômico internacional. Neste caminho, significou a institucionalização e aperfeiçoamento da administração colonial, com a consolidação da ação municipal e o importante papel da engenharia militar.

É, portanto, este contexto urbano que se retratava no início do século XIX na Amazônia. Em particular, com o intenso crescimento econômico do período da borracha redefiniram-se as formas de ocupação do território, com as novas cidades de colonização e os

projetos de infra-estrutura e, ainda, uma maior expressão do urbanismo, a partir de sucessivos modelos assimilados, fortemente alinhados às restrições colocadas pelas condições físicas dos sítios, configuradas numa expressão de “uma natureza inóspita”.

Neste momento é importante retomar a discussão da história dos homens, que encontra nas representações dos movimentos políticos, no caráter do Estado e nas transformações de base econômica reflexo do processo de monetarização econômica e suas estratégias específicas de organização social na história política da Amazônia, incluindo a consolidação e expansão do meio urbano. Esses processos se revelaram como antecipação da modernidade na Amazônia. A apreensão do processo de urbanização, afeita aos processos mais gerais de um sistema mundializado de expansão e conseqüentemente do modo de produção capitalista integra-se a uma análise abrangente sobre as especificidades culturais, que estabelecem formas de resistência à assimilação e alterações particulares dos sistemas mundiais. São tempos contemporâneos que incluem, na estratégia de apropriação e domínio territorial, a construção e expansão das cidades, a consolidação de novos agentes de apropriação e de novas formas de sua expressão, introduzindo modos de vida e de aculturação em tempos culturais diferenciados.

A velocidade de formação das novas cidades, particularmente a partir das décadas de 1960 e 1970, foi fruto de uma intensificação de políticas públicas e privadas de ocupação do território em um período fortemente demarcado pela intervenção do Estado Brasileiro. Apesar do arrefecimento das estratégias geopolíticas com o fim do “nacional desenvolvimentismo” na década de 70, a rede de cidades continua a se expandir, demonstrando, para a última década, uma transformação no significado dessa expansão, tornando-a a expressão diferenciada da ocupação na Amazônia, o que colocou as cidades como meio primordial desta ocupação.

É importante refletir, historicamente, o caráter do novo urbano na Amazônia, onde uma das principais características são as cidades vinculadas aos grandes projetos econômicos ou a grandes projetos de infra-estrutura, definidas com Company Towns ou Cidades Fechadas e suas relações de poder. Tucuruí faz parte desta realidade. Esta transformação nas cidades vai estabelecer, por sua vez, novas formas de domínio territorial e a discussão sobre a apropriação dos espaços urbanos e as alterações no caráter simbólico da esfera privada, como expressão privada do empreendimento.

A Amazônia enseja uma pluralidade de significados que ultrapassam uma delimitação geográfica, pois podemos falar de uma cultura amazônica, de um ambiente amazônico, de um povo amazônico. O fato é que existe uma especificidade da ocupação do solo e da proteção ambiental no espaço amazônico, que nos leva a buscar formas históricas de debater sobre as possibilidades de instituir um desenvolvimento regional e urbano que esteja voltado para atender as demandas das populações amazônicas.

Pode-se definir uma região de fronteira ou ocupação de fronteira como a base logística para o projeto de rápida ocupação da região Norte, porém, para Becker (1990) a estratégia básica do Estado para a ocupação regional é sustentar a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si com o mundo exterior.

A ocupação do solo urbano na Amazônia possui particularidades que não se assemelham com as do restante do país, como o eixo centro-sul, essa ocupação decorreu de ciclos migratórios voltados para fortalecer uma estratégia de manutenção da posse sobre a Amazônia, nos termos de ciclos econômicos da exploração da borracha, que trouxe levas e levas de nordestinos para a Amazônia, depois vieram projetos como a construção da Rodovia Transamazônica, grandes projetos de exploração mineral e a Zona Franca de Manaus. Mais recentemente vivemos um novo ciclo econômico que tem gerado um grande impacto na ocupação do solo na região, que é a expansão da cultura da soja, com a sua respectiva mecanização. Essa lógica além de povoar a Amazônia serviu de estratégia para mitigar conflitos sociais decorrentes da fome e da miséria do povo brasileiro, a Amazônia sempre foi vendida como o “Eldorado” (DIAS, 2002). Afinal essa visão mítica acompanha a história da Amazônia desde os seus “descobridores”. Por fim Amazônia tornou-se a rota de escoamento dos conflitos sociais de outras regiões do país.

2 – Desenvolvimento Regional na Amazônia: a implantação da UHE TUCURUÍ

A análise desta discussão traz algumas dimensões da relação entre Estado, sociedade e economia que são fundamentais para o entendimento dos processos políticos que vem passando a Amazônia, principalmente no período de 1970 até os dias atuais. Segundo Castro

(2001), desde os anos 70 processam-se no mundo mudanças significativas no sistema produtivo, em sua organização e dinâmica de mercado. Nos anos 80, experimentou-se de forma mais visível, uma profunda ruptura no nível dos paradigmas da ação do Estado não somente como regulador, mas como agente de intervenção na cena econômica e social. Ao longo desse período, as idéias de universalidade, centralidade, integração e intervenção são paulatinamente substituídas pelas de pluralidade social, multiplicidades de pontos de referência, coordenação múltipla de atores e participação em redes de parcerias. Nesse novo padrão, o conceito de participação, relevante na discussão de políticas públicas, encontra seu corolário econômico nos de competitividade e eficácia. Mas em que medidas as idéias de pluralidade social e de integração econômica podem ser elucidativas das novas dinâmicas sociais e econômicas? Essa é uma das questões que subjazem a compreensão das ações políticas do Estado brasileiro voltadas na atualidade à Amazônia.

Em síntese, a discussão sobre as ações do Estado acompanha esse caminho de integração de mercado do ponto de vista de implementação de políticas macro, a exemplo das opções tomadas com os grandes projetos para a Amazônia das décadas de 70 e 80, em especial a construção de grandes eixos rodoviários – Transamazônica e Perimetral Norte –, os programas de colonização, o Polamazônia, os grandes projetos industriais e hidrelétricos – Projeto Ferro Carajás, ALBRAS, ALUMAR, Mineração Rio do Norte, Usinas de Tucuruí e Balbina –, entre muitos outros.

Merece relevância neste contexto, que em decorrência do Programa Grande Carajás (PGC), um conjunto de iniciativas foram tomadas pelo Governo do Estado do Pará a fim de se estruturar a área de influência desse projeto, com o objetivo de canalizar as ações empresariais em projetos conseqüentes para a aceleração do desenvolvimento, como também para promover a utilização racional dos recursos naturais. Foi nesse sentido que o governo do Pará priorizou a implantação sincronizada da industrialização nos pólos de desenvolvimento que, no eixo de Barcarena/Tucuruí/Marabá, apoiaram a implantação do PGC.

O Programa Grande Carajás foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.813, de 24/11/80, e regulamentado pelo Decreto nº 85.387, de 24/11/80. O projeto tem como objetivo principal a exploração de recursos minerais em grande escala, além da exploração florestal. A região que abrange o PGC, cobre uma área de quase 900.000 Km², ou seja, mais de 10% do território brasileiro, atingindo o sul do Pará, o norte de Tocantins e o nordeste do Maranhão. O PGC é

considerado o maior projeto de desenvolvimento integrado do mundo, em florestas tropicais úmidas. Além do ferro e da bauxita, minérios explorados em larga escala, a região de Carajás destaca-se também pelas reservas de cobre, níquel, cassiterita, tungstênio e ouro (BARP, 2004).

A implantação da maior hidrelétrica essencialmente em território brasileiro – e a quarta do mundo –, a UHE Tucuruí, em plena selva amazônica, era para os brasileiros, segundo a ELETRONORTE (1987), tarefa inadiável: constituía-se na única saída para a crise de energia que ameaçava de colapso o abastecimento de centros importantes, não só da própria região, onde foi construída a usina, como da importante região Nordeste do Brasil.

É importante salientar o contexto histórico do Projeto Tucuruí. Em 1968, através do Decreto nº 63.952, criou-se o Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM), que teve o objetivo de investigar a possibilidade de aproveitamento de sistemas hidrelétricos. Em 1971 o ENERAM recomendou o prosseguimento dos estudos priorizando o mercado energético representado pelas cidades de Belém e Manaus, no atendimento doméstico e principalmente industrial. Em 1972 a ELETROBRAS, com base nas recomendações do ENERAM contratou estudos para os usos de água no Rio Tocantins e Araguaia. Em 1973 foi criada a ELETRONORTE, que passou a coordenar esses estudos, em conformidade com o contrato estabelecido. Desta forma, buscava-se um aproveitamento hidrelétrico de maior porte, que pudesse suprir os mercados representados por Belém, pelos complexos eletrometalúrgicos para a produção de alumínio (ALBRAS/ALUNORTE), Carajás e a interligação com o sistema CHESF.

Os estudos terminados em 1975, concluíram pela viabilidade pelos locais de Tucuruí, Santo Antônio e São Félix. Concluído o projeto básico em 1976, as obras civis principais foram licitadas, tendo sido contratadas em 1977.

A UHE Tucuruí está situada no Rio Tocantins, Estado do Pará, 7 km à montante da cidade de Tucuruí, distando aproximadamente 300 km em linha reta da cidade de Belém. Tucuruí possui uma bacia hidrográfica com área de 758.000 km², dos quais 382.000 km² pertencem ao Rio Araguaia, seu principal afluente em extensão e volume d'água. Cálculos de vazões efetuados em Tucuruí apresentam como mínima descarga registrada 1.511 m³/s e como máxima 68.400 m³/s. Esta cheia excepcional ocorreu em março de 1980, fazendo com

que os dados hidrológicos existentes até a época fossem revisados. A Barragem de Tucuruí possui uma extensão total de 7,5 km, com altura máxima de 100 metros. A potência instalada é de 4.000 MW e 8.000 MW o potencial final. O fechamento final do rio teve início em junho de 1984 e sua conclusão se deu em 06 de setembro, quando se iniciou então, o enchimento do reservatório.

A formação do reservatório produziu alterações ambientais que se processaram fundamentalmente pela mudança de um trecho do rio em lago, pela ocupação de um grande espaço vizinho ao rio, antes ocupados por outros ecossistemas, e pela inundação de estruturas previamente construídas pelo homem. Com relativa rapidez desta mudança, os impactos ambientais se fizeram sentir alguns em dias, outros em meses e os demais em anos.

Além do deslocamento e reassentamento de populações rurais, às vezes em sucessivos reassentamento para a mesma população, o reservatório atinge diversos povoados ribeirinhos, como Jacundá, Jatobá e Repartimento, que são relocados como novos núcleos urbanos. No caso do município de Jacundá, sua sede urbana é deslocada do rio para a PA-150, que se liga com Belém, a aproximadamente 100 km da represa. A nova cidade construída agora na margem da rodovia, constitui-se hoje em um ponto de abastecimento e bolsão de mão-de-obra (VICENTINI, 2004). Da mesma forma, a cidade de “Novo Repartimento”, relocada na beira da rodovia Transamazônica, imediatamente após a sua conclusão, incluiu uma extensa área de alagados junto aos igarapés. Cidades sem identidade, são paradas rodoviárias na beira de estrada. É interessante destacar que as casas construídas eram de mesmo modelo para a área urbana e área rural, demonstrando dificuldades de adaptação de modos de vidas da população em geral que foi reassentada.

Vicentini (2004) prossegue sua análise sobre as cidades empresariais e a questão do espaço público, explicitando que a luta pelo reassentamento motivou e ainda motiva associações de moradores da área do reservatório. Atualmente, busca-se a relocação da população ribeirinha ao reservatório, pois o fato do lago ter enchido sem a retirada da floresta, faz com que o número de insetos, sua diversidade e quantidade inviabilize a vida da população ribeirinha, de suas culturas ou criações.

Após o fechamento do reservatório, a usina passou a retransmitir energia em dois ramais para Belém e as empresas mineradoras instaladas e para Marabá e Imperatriz,

alcançando o Nordeste do país em transmissão interligada. Essas linhas de transmissão viabilizaram a implantação dos distritos industriais, entre outros, de Marabá e a implantação da Camargo Corrêa Metais S/A (CCM), especializada na produção de silício metálico, localizada no município de Tucuruí a 10 km da usina hidrelétrica. Assim como nos outros pólos siderúrgicos do Projeto Grande Carajás, também a fábrica de silício da CCM está apoiada em superestimativas das reservas nativas de floresta para a produção de Carvão.

Essa sincronia no processo da industrialização em pólos estrategicamente situados ao longo e nos extremos da hidrovia do rio Tocantins, é fundamental para a caracterização das indústrias que apresentam vantagens locacionais, não só pela utilização da infra-estrutura de apoio ao PGC, como também pela retenção na região da parcela do excedente que é gerado pela exploração desses recursos naturais (IPT, 1982).

Devido a proximidade aos grandes centros consumidores regionais (Belém e São Luiz) e nacionais (regiões Sul e Sudeste), o Plano Diretor do Distrito Industrial de Tucuruí, elaborado em 1982 pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, recomendou a implantação do complexo madeireiro com suas unidades de beneficiamento (serrarias, indústria de lâmina e de compensados, etc.), dependendo das economias de aglomeração, dos incentivos fiscais e creditícios e das vantagens microlocações e administrativas. A tabela 1 mostra o planejamento das áreas industriais com as indústrias indutoras e diretamente induzidas para o desenvolvimento do complexo madeireiro.

TABELA 1 – Tucuruí – Áreas industriais: indústrias indutoras e diretamente induzidas

INDÚSTRIA	Nº DE MÓDULOS	ÁREA DO TERRENO TOTAL (KM²)	Nº DE EMPREGOS TOTAL
Madeira serrada	5	15,5	340
Laminado compensado	3	10,5	228
Fraqueado	2	7,0	70
Carvoejamento	35	105,0	770
Pasta química	1	15,6	727
Pasta alto rendimento	1	3,0	168
Total		156,6	2.215

FONTE: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Planos Diretores dos Distritos Industriais de Barcarena/Tucuruí/Marabá, 1982.

As informações da tabela sobre as áreas industriais de Tucuruí mostram a expressão espacial da organização do sistema econômico e seus meios de produção de cidades, pois reflete a lógica social de implantação industrial, neste caso, induzida pela facilidade locacional de proximidade dos recursos naturais florestais; pelos incentivos fiscais e para própria produção oferecidos pelo governo; pela relação econômica de um mercado específico; e pela facilidade de mão-de-obra qualificada e não qualificada trazida pela migração com objetivo de fazer frente às necessidades das obras civis de infra-estrutura.

3 – As cidades após a construção da UHE Tucuruí

A vila residencial da Eletronorte foi construída a 7 km da cidade de Tucuruí e constitui-se em uma das maiores cidades fechadas da Amazônia, cuja análise foi desenvolvida a partir do entendimento sobre a configuração dos espaços públicos e privados em um contexto de cidades empresariais fechadas. Segundo Habermas (1884)

O modelo liberal da esfera pública garante a sociedade como esfera de autonomia privada, que se limita a estabelecer funções e faz com que as duas esferas se interponham no âmbito do privado.

A transformação da esfera pública pelas alterações de suas funções políticas, destrói o pressuposto do pensamento político liberal de Estado e se fundamenta na mudança das relações entre esfera pública e privada. As cidades empresariais contemporâneas, vão manter, em certo sentido, os princípios básicos da ordem estabelecida em nível da esfera privada e retratam, de forma mais complexa, a divisão social do trabalho, na estrutura urbana e na apropriação dos espaços como lugares (VICENTINI, 2004).

É certo que houve um reordenamento territorial e crescimento populacional na região de Tucuruí. Para a equipe responsável pelo Estudo de Caso da UHE Tucuruí encomendado pela Comissão Mundial de Barragens (1999), através de interpretação de imagem de satélite, revela que as alterações na ocupação territorial da região processou-se de forma acelerada e desordenada. A área urbana de Tucuruí, em 1986, integrava-se pela cidade de Tucuruí, Vila

Residencial da Eletronorte, Novo Repartimento, Breu Branco, e correspondia a 1.775 ha, enquanto que sua área rural abrangia 25.200 ha.

Não só a cidade de Tucuruí sofreu incremento. Outras cidades passaram por um rápido processo de crescimento, assim como pequenos núcleos urbanos. Como resultado destes processos e das complexidades dos problemas sociais, no início da década de 1990 começaram a ocorrer os desdobramentos territoriais daqueles núcleos criados em função do deslocamento de população e submersão de localidades, formando-se novos municípios. Breu Branco, núcleo criado após a construção da barragem, em substituição da antiga localidade, que ficava entre Tucuruí e Repartimento e foi submerso e tinha surgido na época da Transamazônica. Com a Lei nº 163/91, de 29/10/1991, deu-se a emancipação político-administrativo. O município ficou com uma área de 4.013 km², desmembrada dos município de Tucuruí, Mojú e Rondon do Pará. O município além da arrecadação própria, recebe do Fundo de Participação do Município (FPM) e do Fundo de Compensação Financeira por Recursos Hídricos (Royalties).

Goianésia do Pará surgiu às margens da PA-150, com a abertura da PA-263, houve o aumento da concentração de pessoas, passou a ser distrito de Rondon do Pará. Possui uma área territorial de 7.174 km², desmembrada dos município de Rondon do Pará, Jacundá, Mojú e Tucuruí. Novo Repartimento, antes da barragem era uma vila que surgiu de um acampamento da Construtora Mendes Junior, localizada na km 157 da Transamazônica. Com a construção da barragem foi criado um núcleo urbano no entroncamento da BR-422, rodovia que liga Tucuruí a BR-230. Possui uma área de 14.565 km², foi desmembrada dos município de Tucuruí, Jacundá e Pacajá. É o município que recebia a maior cota de royalties. Nova Ipixuna, criado em 1993 pela Lei 5.762. Sua área foi desmembrada dos municípios de Jacundá e Itupiranga.

De acordo com informações do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Tucuruí possui uma população de 73.798 habitantes, dos quais 37.269 são homens e 36.529 são mulheres, 60.918 estão na área urbana e 12.880 estão na área rural. 89,6% das pessoas são alfabetizadas. A população estimada em 2005 foi de 85.499 habitantes. Possui uma área de 2.086 km². O nível de renda é de R\$ 497,00 médio mensal para pessoas residentes com 10 anos ou mais no município.

É importante ressaltar que dados demográficos indicam que o município de Tucuruí, em 1974 era de 12.000, passando, em 1979 para 30.000 pessoas, a esse contingente somam-se 28.000 que habitavam as vilas residenciais e alojamentos da Eletronorte.

Ocorre que esse incremento demográfico não foi acompanhado por ampliação de infra-estrutura e serviços básicos fazendo com que o município apresente uma série de problemas sociais. Ao se analisar as transformações sócio-econômicas da região, sobretudo a partir da implantação da UHE Tucuruí, resultou num quadro de baixa qualidade de condições de vida da população, principalmente pela escassez e precariedade dos serviços sociais básicos, como saneamento, educação, transporte, comunicações, entre outros. Durante esse período até o suprimento de energia elétrica foi precário em determinadas localidades do município.

Durante a década de 90, em decorrência do “inchaço” populacional, problemas de sub-moradia e sub-ocupação marcaram esse período, eclodindo em vários movimentos de ocupações de terras. A primeira ocupação ocorreu em 1º de maio de 1997, mediado pelo Movimento Sem-Terra (MST), atualmente conhecido como bairro Santa Mônica. Posteriormente, mais vinte e cinco ocupações ocorreram, dentre eles o bairro da Liberdade, a Invasão dos Palmares e Nova Conquista. Esse processo de ocupação de terras colaborou com a expansão do sítio urbano da cidade, em direção às áreas de mananciais sem qualquer controle por parte do poder público para a preservação das mesmas.

Os dois principais igarapés que cortam a cidade e que a abastece, Santos e Santana, passaram por um processo de degradação intenso. Em alguns trechos já se encontram em estado de poluição total, se constituindo em verdadeiros “esgotos a céu aberto”, haja vista que a cidade não possui um sistema de esgoto sanitário, dessa forma todos os detritos são despejados *in natura* nas águas dos igarapés sem nenhum tratamento. Além disso, algumas intervenções antrópicas como o uso dos igarapés para a suinocultura também contribuíram para o aumento da degradação dos mesmos (ROCHA & PEREIRA, 2006).

À medida que a cidade foi se espalhando, a pressão sobre os recursos hídricos urbanos foi se intensificando. Observa-se que em muitas casas o próprio igarapé serve de demarcador de terrenos. Na foz dos igarapés localizados na zona urbana, a poluição é grande e a

construção de casas às margens dos mesmos sem infra-estrutura sanitária, intensificaram ainda mais este processo.

De fato, a pressão urbana, ambiental e social no município de Tucuruí existe, porém como causa da injustiça social, por não coletivizar o acesso à qualidade de vida. Essa percepção ressalta ainda que a urbanização não é a única geradora dos problemas ambientais, mas o uso que se faz do ambiente físico, a partir da forma que foi apropriada. Assim, o efeito da ação do homem sobre a natureza deve ser analisado não somente naquelas áreas onde os recursos são considerados degradados ou esgotados, mas acima de tudo, nas áreas de modificação ambiental é o resultado desejado de atividades dirigidas (HOGAN apud ROCHA & PEREIRA, 2006).

Cabe ressaltar que Castells (1983) possui o entendimento conceitual do espaço considerando como elementos principais as relações sociais existentes num contexto histórico, geográfico, cultural e como resultado de uma teoria social geral. É a partir da base conceitual que fundamenta o materialismo histórico que Castells explica as especificidades das formas do espaço social, ou seja, o espaço (como forma social de uma sociedade concreta) pode ser compreendido a partir da articulação histórica de vários modos de produção. Isto resulta em uma análise do espaço enquanto expressão da estrutura social e seus elementos do sistema econômico, do sistema político, do sistema ideológico e as combinações e as práticas sociais existentes. A expressão espacial deste processo pode ser encontrada na dialética entre dois elementos principais: produção (que é a expressão espacial dos meios de produção) e consumo (que é a expressão espacial da força de trabalho). A partir desta derivação, ou seja, transferências entre produção e consumos (nos seus interiores), resulta a troca. Ele insere mais um elemento que é a gestão, como sendo a articulação do sistema político-institucional no espaço.

Segundo Castells, o elemento produção possui a concreticidade no espaço urbano no nível da localização da empresa/indústria, ou seja, como a produção está na base da organização do espaço, a localização da indústria no município de Tucuruí tinha uma série de facilidades para o seu desenvolvimento, como necessidade de matéria-prima, inovações tecnológicas, localização de mercado, meio técnico advindo com usina hidrelétrica e pelo PGC e facilidades geográficas. Ressalta-se que todas as empresas vinculadas à construção da UHE Tucuruí ficaram isentas de arrecadar o ISS.

Considerações Finais

Este trabalho teve o objetivo de compreender o processo de produção de cidades na Amazônia com a estratégia de desenvolvimento regional de integração de infra-estrutura da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A análise do modo de produção capitalista é fundamental para o entendimento da ocupação na Amazônia. Fundamental é pensar nos desafios de garantir boa qualidade de vida para a população local de Tucuruí e planejamento de gestão pública de novas cidades que estão sendo criadas pelos grandes projetos incentivados pelo Estado e que estão na pauta política da sociedade brasileira.

Conciliar desenvolvimento econômico regional com a dimensão humana e social em nível local são elementos de grande relevância na urbanização dos municípios de Tucuruí e entorno, não somente na discussão que integração do espaço amazônico – mobilizando, extraindo e concentrando o excedente, juntamente com uma integração de ordem cultural e ideológica em articulação com a sociedade local.

BIBLIOGRAFIA

BARP, A. R. B. A água doce na Amazônia ontem e hoje: o caso do Pará. In: UHLY, S. e SOUZA, E. L. (Orgs.). A questão da água doce na grande Belém. Belém. Casa de Estudos Germânicos/UFPA/ Fundação Heinrich Boll, 2004.

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: ATICA, 1990.

BRUNDEL, F. Civilization & Capitalism – 15th-18th Century in the Wheels of commerce. London: Book Club Associates, 1983. v.2.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, E. R. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: Coelho, M. et al. Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional. Belém: CEJUP: NAEA/UFPA, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil). Relatório Final da Fase de Escopo. 1999.

DIAS, M. L. A importância da Lei 10.257/01 para as cidades da Amazônia. In: II Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, 2002, Porto Alegre. III Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, 2002.

ELETRONORTE – Livro Branco sobre o Meio Ambiente na Usina Hidrelétrica de Tucuruí: Projeto Tucuruí. 1 ed. Brasília. ELETRONORTE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Censo 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acessado em 17 de dezembro de 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Planos Diretores dos Distritos Industriais de Barcarena/Tucuruí/Marabá. Volume II. São Paulo: IPEA, 1982.

ROCHA, G. M. & PEREIRA, I. C. N. População e Recursos: Crescimento Populacional e o Uso dos Recursos Hídricos na Cidade de Tucuruí/PA. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/amb_rocha.pdf. Acessado em 18 de dezembro de 2006.

TUCURUÍ (PA). Lei Orgânica do município de Tucuruí: Edições CEJUP, 1994.

VICENTINI, Yara. Cidade e História na Amazônia: Curitiba. Ed. UFPR, 2004.